

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2009

Aos sete dias do mês de Setembro do ano de 2009, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e dez minutos, iniciou-se e teve lugar a quarta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - SUSPENSÃO DO MANDATO DE GUILHERME LUIS LEITÃO CASTANHEIRA = PREENCHIMENTO DE VAGA/ VERIFICAÇÃO DE PODERES;

1.2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2009.

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2009= CONHECIMENTO;

2.3-PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA PROFIACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2009= CONHECIMENTO;

2.4-PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M- 1º SEMESTRE DE 2009= CONHECIMENTO;

2.5-PONTO DA SITUAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, NOMEADAMENTE EM MATÉRIA DE PAGAMENTO DAS DÍVIDAS AOS FORNECEDORES;

2.6-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES-CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008= CONHECIMENTO

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Joaquim Santos, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Sandro Branquinho de Matos, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, Nuno João Marques da Costa Pereira, Manuel Macedo Varela Dias, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, Paula Cristina Massano Nunes Correia e Anabela Dias Mateus que substituiu o Sr. Deputado António Dias da Cruz Brinca da Silva nos termos da alínea c) do nº1 do Artº38º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº5-A/02, de 11 de Janeiro. Esteve também presente o Sr. Deputado Victor Veloso Vinagre que conforme o ponto um desta sessão tomou posse.

Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados César Fernando Lima Branquinho, José Augusto Morais de Sousa, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins e António Alexandre Varela Gomes que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA.

Ponto um ponto um: SUSPENSÃO DO MANDATO DE GUILHERME LUIS LEITÃO CASTANHEIRA = PREENCHIMENTO DE VAGA/ VERIFICAÇÃO DE PODERES. O cidadão Victor Veloso Vinagre prestou juramento e tomou posse como Deputado desta Assembleia depois de se proceder à sua identificação.

Ponto um ponto dois: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2009. Não se registando qualquer pedido de intervenção, passou-se para a votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados tendo-se inscrito o Sr. Deputado Agostinho Pires que iniciou a sua intervenção referindo ser a sua despedida da Assembleia pois não era candidato nas próximas eleições devido à idade dando assim lugar aos mais novos. Lembrou a sua actividade quando na oposição na defesa da verdade e transparência procurando não desiludir os que nele acreditavam. Disse não levar saudades da vida política, lembrando algumas posições em defesa de interesses instalados. Em relação às próximas eleições autárquicas disse estar estupefacto com a arrogância da política despesista e esbanjadora feita através de panorâmicos cartazes espalhados por Santa Comba Dão, isto por quem tem vindo a reclamar pela contenção dos gastos da Autarquia. Em relação a estes cartazes referiu o colocado em frente ao Tribunal focando a transparência das contas do Município. Isto levava-o a pensar que certamente o seu autor desconhecia ou fez por desconhecer que contrariamente ao verificado posteriormente a 2005 a informação dada pelo então Presidente da Câmara sobre a situação financeira do Município era fornecida em algumas linhas conforme já tinha focado várias vezes e que concretamente nada informavam. Era um simulacro do faz de conta e por isso lutou no sentido de alterar tal critério e repor a legalidade. Hoje parece ter sido tudo esquecido e os infractores do passado são hoje os acusadores. Focou a seguir os termos da elaboração das contas de gerência, lembrando que quando na oposição teve posições de votação contra ou de abstenção, justificando que tinha a convicção que tais contas de gerência não espelhavam com rigor a respectiva gestão, lembrando a última conta de gerência apresentada pelo anterior executivo onde foi omitida a capacidade de endividamento do Município. Referiu a inexistência nessa altura de pessoal suficientemente qualificado para a elaboração da conta e para a prestação de esclarecimentos perante a Assembleia, isto sem querer ferir ou magoar quem quer que fosse. Debruçou-se a seguir sobre a transparência que as contas de gerência devem evidenciar focando concretamente a conta de gerência de 2008 apresentada na Assembleia, onde não se viu qualquer membro a duvidar, trazer a debate qualquer elemento que não estivesse mencionado ou descrito em qualquer documento da conta, indiciando desde logo que os documentos mereciam crédito, eram fiáveis e espelhavam a verdade, boa ou má, do praticado no referido exercício. Outra coisa seria referir mentiras, falhas, omissões ou casos com segundas intenções, o que não aconteceu demonstrando desde logo que a conta estaria em transparente sintonia com a gestão efectuada. O papel da Assembleia é votar e apreciar documentos, se estes estão ou não em sintonia com a verdade da gestão. O papel de julgar é feito a seguir pelo Tribunal de Contas. Lembrou que os verdadeiros heróis do 25 de Abril foram todos aqueles que por ele lutaram e o fizeram no seu dia-a-

dia, referindo que a democracia não se proclama mas pratica-se, navegar ao sabor das águas é fácil, difícil é navegar contra ventos e marés na luta pelas nossas convicções em defesa da verdade e dos ideais em que se acredita, o resto são cantigas. Terminou pedindo desculpa e a melhor compreensão por qualquer termo ou expressão menos digna que sem intuito de ofender e alheio a juízos de valor tenha proferido, na plena convicção de que os debates feitos sem ódio e rancor são no respeito um direito adquirido imprescindível na luta pela descoberta da verdade, na defesa da democracia, sem prejuízo de dizer obrigado pelo tempo roubado e pela paciência que tiveram em ouvi-lo. Bem hajam e até sempre.

Pedi de seguida a palavra para responder à intervenção feita o Sr. Deputado Boto Martins, que começou por dizer que esperava que o Sr. Deputado Agostinho Pires se limitasse a uma pequena intervenção de despedida e lamentava que pelas razões apresentadas tivesse que abandonar a Assembleia, revendo-se na mesma situação dentro de algum tempo. Lamentava que democratas activistas tivessem que se retirar e deixar de dar o seu contributo por imposições de idade ou por cansaço. Mas tirando estes aspectos da intervenção houve outros que tinha que referir, no seu entender escusadamente pois numa intervenção de despedida não havia necessidade de se fazerem ataques às estratégias dos adversários políticos, mas já que assim foi, tinha que recordar que a acusação de despesismo em termos de cartazes é feita por um lado sem fundamento e por outro ignorando outros aspectos que determinam a despesa nos cartazes. Disse que os cartazes até ficaram bastante baratos pois o Partido Socialista apenas pagava o material sendo a mão de obra grátis, por outro lado a despesa nos cartazes não afectava as contas do Município, apenas teria que respeitar as regras contabilísticas das despesas orçamentadas para as campanhas eleitorais. Não havia portanto razões para as acusações de despesismo, sendo certo que a Câmara nada tinha a ver com aquela despesa. A candidatura do Partido Socialista administra da forma que entender a verba que tem ao seu dispor, assim como certamente a candidatura do PSD fará na sua campanha. Outro aspecto que queria focar, lamentando que o Sr. Agostinho Pires parta com a mágoa de nunca ter esquecido as razões de queixa que teve quanto à transparência das contas, à clareza das respostas e à arrogância com que foi tratado, mas o certo é que quanto à transparência das contas, há transparência e transparência. Desde que estava na Assembleia nunca teve razões para duvidar da transparência das contas. O problema é que com as soluções de engenharia financeira, parcerias e empresas municipais as contas apresentadas não dizem respeito a tudo, não sendo apresentadas as dividas da Câmara à Dão Gest, à banca e quanto é que a Câmara tem que repor no âmbito da parceria. Portanto o aspecto das contas da Câmara, que não deixam de ser despesas não são tão transparentes como o resto das contas que são aprovadas na Assembleia. Terminou dizendo que lamentava ter que fazer aquelas duas pequenas

observações, esperando que o Sr. Deputado Agostinho Pires tivesse muita saúde longe destes pequenos confrontos.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2 do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por agradecer a todos a presença e os debates efectuados nas sessões da Assembleia durante este mandato. Fez a sua intervenção focando os pontos e assuntos já descritos na informação distribuída aos Srs. Deputados. Aproveitou para convidar os Srs. Deputados para estarem presentes nas inaugurações dos Centros Educativos a realizar no próximo dia 15/09/2009 com início às 09:00 horas no Centro Educativo Sul na Cancela. Focou também a preocupação do Município com a Gripe A, procurando estar preparados para qualquer eventualidade, seguindo as instruções e normas recebidas. Na parte financeira referiu com mais pormenor a aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, iniciado há dois meses e que começou a condicionar toda a actividade financeira do Município. Deste Plano foram já utilizados cerca de 4,5 milhões de euros num total de cerca de 10 milhões de euros de despesas pagas pela Câmara desde o início do ano. Cerca de 3,2 milhões de euros do Plano foram utilizados para pagar despesas de investimento. Referiu que as dívidas à ADSE foram todas pagas. Em Janeiro de 2010 completar-se-ão seis meses de aplicação do Plano de Saneamento Financeiro e será nessa altura que a Câmara irá informar a Assembleia de uma maneira mais pormenorizada da sua aplicação, isto conforme o determinado por Lei. Neste momento e até porque está agendado na Ordem de Trabalhos um ponto onde é pedida uma explicação sobre a aplicação do Plano nada mais há a informar do que já está contemplado na documentação dada aos Srs. Deputados. Referiu ainda que neste ano foram já transferidos para as Juntas de Freguesia cerca de 310 mil euros para a concretização de obras.

Terminada esta informação o Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções dos Srs. Deputados. Inscreveram-se os Srs. Deputados Boto Martins e Edite Cruz.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins este solicitou esclarecimento, caso o Sr. Presidente da Câmara o quisesse fazer pois sabia-se que as informações sobre a aplicação do Plano de Saneamento Financeiro eram dadas ao fim de seis meses após o

início da sua aplicação, sendo esse pedido de esclarecimento sobre o seguinte: sabendo-se que o total das dívidas constantes da lista que acompanhou o Plano era de cerca de 5,5 milhões de euros e que até este momento foram utilizados cerca de 4,5 milhões de euros da verba autorizada, gostava de ser esclarecido se os credores a quem ainda não foi paga a dívida eram os constantes da lista fornecida aos Deputados e o porquê de não terem recebido ou sendo outros o porquê de não ter sido utilizada a totalidade do empréstimo para saldar as dívidas. Outra questão que queria colocar e em relação às obras efectuadas pela Câmara era que há dias tinha lido num jornal de Viseu a notícia da entrada em funcionamento de um depósito de água na zona da Catraia que veio resolver problemas de abastecimento existentes naquela área. Era uma notícia que agradava a todos pois melhorava a qualidade de vida das pessoas ali residentes, no entanto ficou um pouco surpreendido pois não se lembrava de ter sido abordada a construção deste depósito na Assembleia, podendo dever-se a algum lapso da sua memória e por tal pedia desde já desculpa. Terminou perguntando quem construiu o referido depósito.

(A construção deste depósito foi referida pelo Sr. Presidente da Câmara na Sessão da Assembleia Municipal realizada a 16/12/2008 conforme consta da respectiva acta.)

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que na verdade foram utilizados cerca de 4,5 milhões de euros da verba do plano, as dívidas de curto prazo estão todas pagas à excepção das mais recentes. Os credores referidos na informação e que voltou a mencionar eram recentes, não estavam nas dívidas constantes do Plano. O porquê de não terem sido utilizados os 5,5 milhões de euros expressos nas dívidas, devia-se ao facto de que cerca de 1 milhão de euros de dívidas estarem numa situação de renegociação da dívida e o seu pagamento conforme o que tinha sido negociado era mais favorável em termos de encargos e de tempo em relação ao empréstimo feito para o Plano de Saneamento Financeiro. Em relação ao reservatório de água na Catraia, ele foi efectivamente construído para resolver situações relacionadas com a falta de pressão na água, situação que iria ser agravada com a entrada em funcionamento do novo Centro Educativo. O reservatório foi construído pela Dão Gest e será oportunamente vendido à Associação de Municípios do Planalto Beirão sendo depois a verba utilizada no pagamento das rendas no âmbito da parceria ou utilizada para um futuro investimento.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz que questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o tipo de transportes que as crianças irão ter com a entrada em funcionamento dos Centros Educativos e se vão ser cumpridas todas as condições previstas na Lei. Outra questão que queria colocar era sobre as Festas da Cidade, sem

por em causa a sua pertinência pois haveria opiniões diferentes, desejava saber o seu custo e também o seu saldo caso já estivessem fechadas as contas.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara informou que os transportes escolares obedecerão ao cumprimento de todas as directrizes legais, conforme o que foi colocado no concurso que permitiu escolher a empresa que irá fazer os transportes para o Centro Educativo Sul. Os transportes para o Centro Educativo de Santa Comba Dão serão efectuados pelos autocarros da Câmara, estando-se no entanto a negociar com os profissionais de táxi no sentido de virem a investir na compra de carrinhas adequadas ao transporte de crianças, isto para libertar os meios da Câmara que têm outros condicionalismos. Em relação às Festas da Cidade disse que ainda não havia saldo final, podia dizer que as festas custaram cerca de 100 mil euros e que se previa que houvesse um prejuízo de cerca de 35 mil euros. Respeitava a opinião dos outros, mas achava o local utilizado como o ideal, pois até pelo espaço dava oportunidade a que as Associações montassem as suas barracas.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2009= CONHECIMENTO.

Para usar da palavra inscreveu-se a Sra. Deputada Carla Cunha que começou por referir que o documento mostrava a catastrófica situação financeira da autarquia, chamando-lhe mesmo de asfixia financeira. Disse que os quadros apresentados na informação da situação financeira do Município no ponto um da Ordem de Trabalhos, tinham números encantadores, provavelmente feitos de muita engenharia financeira e não se poderia esquecer que a grave situação financeira vivida no mundo resultou também da apresentação de relatórios manipulados e fantasiosos. Este relatório elaborado por uma fonte independente transmitia a real situação financeira da Município. Fez a apresentação dos números do relatório realçando o agravamento da situação quanto ao défice orçamental que mantinha a tendência para o seu agravamento. Realçou o ponto positivo que o relatório focava em relação à conta 61, mercadorias vendidas e matérias consumidas que traduzia a implementação da gestão de stocks e ainda a diminuição de cerca de 25% na conta de fornecimento de serviços externos. Em relação à análise financeira referiu as dividas a terceiros a curto, médio e longo prazo dizendo que no global esta divida aumentou num semestre cerca de 2,1 milhões de euros. Em relação ao cumprimento da Lei das Finanças Locais, referiu que o endividamento líquido tem um excesso de 4,9 milhões de euros, estando-se mais uma vez em risco de não cumprir a diminuição exigida de 10% do endividamento líquido relativamente ao ano anterior. O endividamento a médio e longo prazo também

ultrapassou em quase 3 milhões de euros o limite estabelecido o que coloca também dúvidas sobre a obrigatoriedade na sua diminuição. Realçou que nestes valores não estão contemplados os empréstimos e endividamentos das Empresas Municipais. Depois de ler um relatório tão objectivo e verdadeiro, questionava qual seria a opinião de todos os que esperavam a mudança. O relatório demonstra que tudo piorou na situação da autarquia, sem espelhar a situação das Empresas Municipais. Referiu a Combanima como projectada para captar receitas e permitir uma gestão eficiente como estando falida, pois mesmo sendo obrigatório, o executivo não faz as transferências devidas, deixando-a à deriva e sem rumo. Todos terão que chegar à mesma conclusão, a autarquia está asfixiada financeiramente. A situação tem piorado e mais uma vez se caminha para as transferências do Estado sofrerem um corte por não se cumprir a Lei. Recordou as promessas e o discurso do actual executivo feitas há quatro anos, perguntando o que pensariam os Santacombadenses do actual executivo que tudo fez ao contrário do que prometeu e do que se esperava. Focou o corte da iluminação natalícia justificada com a falta de dinheiro, havendo depois dinheiro para tantas inutilidades. O actual executivo não podia tapar o sol com a peneira, a falta de obras com umas festas e com uns concertos.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder, este começou por referir a anterior intervenção como uma semelhança ao profeta da desgraça, pensando mesmo que se estava a referir à situação do País e do Governo. Disse que o que foi afirmado estava completamente fora da realidade, foram lançados os números pensando que se enganavam as pessoas, mas não se conseguia. Devia ter referido uma coisa muito importante que era o valor das amortizações fiscais que aumentam os valores apresentados. A Sra. Deputada até é da área e sabe que também deve referir esta situação. Deve saber que em 2005 foi feita a reavaliação do património que passou de 15 milhões para 70 milhões de euros, sendo feitas todos os anos amortizações fiscais na ordem dos 3 milhões de euros que resultam nos números negativos da Câmara, sendo unicamente operações financeiras. Solicitou à Sra. Deputada para não estar preocupada com os cortes pois eles ainda não acabaram. O Plano de Saneamento Financeiro destinase a acabar com esta violência do corte de cerca de 33 mil euros mensais. Depois de concluído obviamente que se cumprirá com a Lei das Finanças Locais e deixarão de haver os cortes, mas por enquanto ainda se vivia com esta realidade. A Sra. Deputada não podia esquecer-se de que se em 2002, 2003 e 2004 existisse a Lei das Finanças Locais ela teria sido violada e haveria cortes na mesma, não tinha culpa que a Lei tivesse entrado em vigor em 2007. Realçou a referência à campanha eleitoral passada, talvez tentando justificar alguma coisa que queira justificar na sua campanha de agora, disse que não ia conseguir pois os Santacombadenses escolheram a mudança e irão escolher a continuidade. No dia 11 de Outubro se verá a resposta.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA PROFIACADEMUS- ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2009= CONHECIMENTO. A Assembleia tomou conhecimento do parecer não havendo pedidos de intervenção.

Passou-se para o ponto dois ponto quatro: PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, E.M- 1º SEMESTRE DE 2009= CONHECIMENTO. A Assembleia tomou conhecimento do parecer não havendo pedidos de intervenção.

De seguida passou-se para o ponto dois ponto cinco: PONTO DA SITUAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, NOMEADAMENTE EM MATÉRIA DE PAGAMENTO DAS DÍVIDAS AOS FORNECEDORES. Pediu a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins que tinha solicitado o agendamento deste ponto ao abrigo do nº3 do Artº15º do Regimento. Começou por dizer que grande parte das respostas que pretendia já tinham sido dadas pelo Sr. Presidente da Câmara quando este fez a apresentação da situação financeira do Município. Justificou a inclusão do pedido deste ponto na Ordem de Trabalhos com o desconhecimento de que o assunto iria ser abordado naquela apresentação. Em relação ao ponto anterior, que também tinha a ver com questões financeiras da Câmara, gostava que o Sr. Presidente da Câmara, se assim o entendesse, fizesse um comentário à observação expressa no parecer sobre a não transferência da Câmara para a Empresa Municipal dos valores a que é obrigada legalmente.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que na realidade no ano passado essa obrigatoriedade não foi cumprida e nesta altura tinham até ao final do ano a possibilidade de o fazer e obviamente que iria ser cumprida.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES- CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008= CONHECIMENTO. A Assembleia tomou conhecimento das contas, não havendo pedidos de intervenção.

Passou-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Inscreveu-se apenas a Sra. D. Esmeralda Antas de Vila Pouca que começou por dizer que achava ótimo o local onde se realizaram as Festas da Cidade. Sobre a questão que queria colocar e que poderia não aparecer quem quisesse responder disse que deveria existir um esclarecimento público no interesse de Santa Comba Dão e dos seus Cidadãos, quando da polémica instalação do Gabinete de Inserção Social fora da sede do Concelho, disse ter havido um célebre apoio público e aprovação por parte de

algumas pessoas que talvez não se tivessem que manifestar. Depois de reavaliada a questão e de ter sido reposta a justeza da mesma, ficou à espera. Como nada aconteceu questionava o porquê de não se ter ouvido, lido ou visto com a mesma celeridade, com o mesmo apoio ou a mesma satisfação e porque o Governo arrepiou caminho, qualquer referência à falta de respeito e consideração como a Câmara Municipal de Sta. Comba Dão foi tratada. Houve outras situações prejudiciais para o Concelho, Loja do Cidadão por exemplo ou a tal estrada prometida, será que nada há para dizer em prol da sua terra? Seria o mínimo que haveria a esperar por aqueles que amam a sua terra.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu publicamente o empenho de todos, Deputados e público, referiu a honra e satisfação que teve em presidir à Assembleia Municipal. Disse ter ficado satisfeito com a elevação e respeito que foram demonstradas ao longo das sessões, significado da existência de maturidade entre os Santacombadenses. Pediu desculpa por porventura ter cometido alguma falha, mas se o fez foi sem qualquer intenção. Aproveitava o momento e porque se aproximam duas campanhas eleitorais para desejar a todos as maiores felicidades pessoais, profissionais e políticas. Em relação às felicidades políticas disse que todos tinham que pugnar pela liberdade, havendo neste momento no País alguma crispação que não entendia pois para ele democracia era festa. Exortou a que as próximas campanhas se realizassem com alegria, as pessoas tinham todo o direito de manifestar a sua discordância às ideias e aos projectos, mas deviam sobretudo de lutar pela liberdade de expressão e de direitos e sempre com uma intervenção alegre. Se as campanhas forem feitas com alegria haverá sempre lucro que será uma maior participação dos cidadãos. Da sua parte já não pensava no que dizia, mas dizia o que pensava, estando aqui a diferença que por vezes até pode ser prejudicial. Se qualquer político disser o que pensa de certeza que não será apanhado em contra pé. Terminou reforçando os desejos de felicidades a todos.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu a sessão por terminada pelas dezasseis horas e vinte minutos, sendo elaborada a presente acta que foi aprovada por unanimidade e será assinada pelos membros da mesa.